

TERMO DE REFERÊNCIA 4

Umbaúba/SE, 15 de maio de 2026.

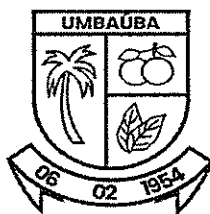
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA

Praça Gil Soares, 272 – Centro – Umbaúba/SE - CEP 49.260-000

CNPJ.: 13.099.395/0001-73 ☎ (79) 3546-2179

✉ prefeituradeumbauba@gmail.com

empenh. umbauba. se. gov. br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o fornecimento de alimentação pronta, a ser executado por restaurantes regularmente estabelecidos, destinado ao atendimento das necessidades institucionais da Prefeitura Municipal de Umbaúba e de suas Secretarias, bem como do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde com vistas a suprir a demanda de alimentação de servidores, colaboradores e profissionais envolvidos nas atividades administrativas e operacionais da Administração Municipal, conforme as condições, quantidades e especificações a serem definidas neste instrumento.

1.2. O objeto compreende o fornecimento de refeições prontas que se façam necessárias para o adequado desenvolvimento das atividades públicas, especialmente em situações que envolvam jornadas prolongadas, atividades administrativas concentradas, ações integradas entre Secretarias e outras demandas devidamente justificadas pela Administração.

1.3. A definição do objeto encontra-se estritamente alinhada às conclusões do Estudo Técnico Preliminar, notadamente quanto à escolha da solução mais adequada, à natureza contínua e recorrente da necessidade administrativa e à observância dos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Ressalta-se que o objeto está descrito de forma clara, precisa, neutra e suficiente, sem direcionamento indevido, sem especificações excessivas ou restritivas à competitividade, e sem antecipação de marcas, métodos exclusivos ou exigências desproporcionais, garantindo ampla participação de potenciais fornecedores aptos a executar o fornecimento pretendido.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

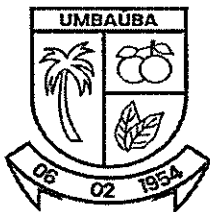
CODIGO	ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	QUENTINHA PARA ALMOÇO Nº09 Mamitas tipo quentinha nº 09, devendo ser acompanhada de garfo e faca em material descartável, acondicionada em embalagem apropriada com divisórias (papel alumínio), fechado com tampa plastificada, com no mínimo 700 gramas, composta de: 01 tipo de feijão (variados), 01 tipo de farofa, 01 tipo de salada (cozida/crua), 01 tipo de arroz, 01 tipo de macarrão e 02 tipos de carne (vermelha/branca/peixe).	UN	18.338	R\$ 23,43	R\$ 429.659,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBAÚBA

Praça Gil Soares, 272 – Centro – Umbaúba/SE - CEP 49.260-000

CNPJ.: 13.099.395/0001-73 ☎ (79) 3546-2179

✉ prefeituradeumbauba@gmail.com



QUENTINHA PARA ALMOÇO Nº09

Marmitas tipo quentinha nº 09, devendo ser acompanhada de garfo e faca em material descartável, acondicionada em embalagem apropriada com divisórias (papel alumínio), fechado com tampa plastificada, com no mínimo 700 gramas, composta de: 01 tipo de feijão (variados), 01 tipo de farofa, 01 tipo de salada (cozida/crua), 01 tipo de arroz, 01 tipo de macarrão e 02 tipos de carne (vermelha/branca/peixe)

UN

6.112

R\$ 23,43

R\$ 143.204,16

COTA

RESERVA 25%

TOTAL R\$ 572.863,50

2.2. O prazo de vigência será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 572.863,50 (Quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem fundamento com base na Lei 14.133/2021.

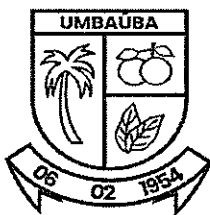
3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3 A presente contratação encontra respaldo jurídico na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a qual estabelece o planejamento como etapa indispensável das contratações públicas e exige que as decisões administrativas sejam precedidas de estudos técnicos, justificativas adequadas e alinhamento com os instrumentos de planejamento e orçamento.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta este Termo de Referência foi elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a fase preparatória do processo licitatório, contemplando a identificação da necessidade administrativa, o levantamento e a comparação das soluções disponíveis no mercado, a análise de riscos, a avaliação de impactos ambientais, a verificação da viabilidade da contratação e o alinhamento com o planejamento institucional.

O presente Termo de Referência encontra respaldo no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, que o define como o documento necessário à caracterização do objeto, à definição das condições de execução, aos critérios de medição e pagamento, às exigências de habilitação e às demais condições essenciais à contratação, servindo como instrumento orientador da fase externa do certame.

A contratação também observa os princípios da Administração Pública aplicáveis às contratações públicas, em especial os previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios do planejamento, da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, da segregação de funções e do interesse público, os quais orientaram a elaboração do ETP e deste Termo de Referência.



No âmbito do planejamento municipal, a demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, instrumento que consolida as necessidades de contratação da Administração e orienta a programação das aquisições e contratações públicas, bem como compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício correspondente, assegurando coerência entre planejamento, orçamento e execução da despesa pública.

Adicionalmente, observa-se a regulamentação municipal aplicável ao PCA, notadamente o Decreto Regulamentar nº 32/2025, que disciplina a gestão, a atualização e a revisão do Plano de Contratações Anual, assegurando o caráter dinâmico do planejamento e o alinhamento contínuo entre as necessidades administrativas e a execução orçamentária.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente fundamentada sob os aspectos legal, técnico e administrativo, atendendo às exigências da Lei nº 14.133/2021, aos instrumentos de planejamento do Município e às boas práticas de governança pública, conferindo segurança jurídica ao prosseguimento do processo e à futura execução contratual.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

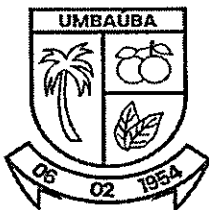
5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade administrativa de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento contínuo e eficiente das atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Umbaúba, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, considerando a atuação permanente de servidores, colaboradores e profissionais envolvidos na execução das políticas públicas e na gestão administrativa do Município.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a Administração Municipal realiza, de forma recorrente, atividades que demandam jornadas prolongadas, concentração de tarefas em períodos específicos, ações administrativas integradas e demandas operacionais excepcionais, circunstâncias nas quais se faz necessário o atendimento alimentar institucional como medida de apoio à continuidade e à eficiência do serviço público.

A ausência de planejamento e de contratação estruturada para o atendimento dessa necessidade tende a gerar soluções improvisadas, fragmentadas e despadronizadas, com impactos negativos sobre a organização administrativa, a economicidade da despesa e a governança das contratações, além de potencial comprometimento da produtividade e da continuidade das atividades públicas.

O Estudo Técnico Preliminar evidenciou que, dentre as alternativas disponíveis no mercado, o fornecimento de alimentação pronta por meio de restaurantes locais apresenta maior aderência à realidade organizacional do Município, por combinar flexibilidade operacional, simplicidade administrativa, adequado nível de controle e rastreabilidade e mitigação de riscos operacionais e sanitários, sem exigir a criação de estrutura própria ou a realização de investimentos permanentes pela Administração.



A contratação também se revela economicamente racional, na medida em que reduz custos indiretos, evita despesas estruturais contínuas e permite o pagamento vinculado à demanda efetivamente realizada, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência. Ademais, contribui para o fortalecimento da economia local, ao possibilitar a participação de estabelecimentos regularmente constituídos no Município ou na região, alinhando-se ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

Destaca-se, ainda, que a demanda encontra-se formalizada por meio dos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) das Secretarias participantes, prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício correspondente, assegurando coerência entre planejamento, orçamento e execução, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, encontra-se devidamente fundamentada sob os aspectos técnico, administrativo, econômico e jurídico e mostra-se necessária para garantir a continuidade, a eficiência e a adequada organização das atividades da Administração Pública Municipal.

6. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E NATUREZA DO SERVIÇO

O objeto do presente Termo de Referência classifica-se como **serviço de fornecimento de refeições prontas (almoço e/ou jantar)**, a ser executado por **restaurantes regularmente estabelecidos**, conforme especificações técnicas definidas neste instrumento e fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar.

6.1 Natureza do Objeto

O objeto possui natureza de serviço comum, uma vez que o fornecimento de refeições prontas constitui atividade padronizável, amplamente disponível no mercado, com características objetivamente definíveis quanto à forma de preparo, acondicionamento, fornecimento e padrões mínimos de qualidade, não demandando soluções técnicas singulares ou complexas.

A execução do objeto não envolve atividades intelectuais especializadas, enquadrando-se como serviço cuja avaliação pode ser realizada mediante critérios objetivos de conformidade e desempenho, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

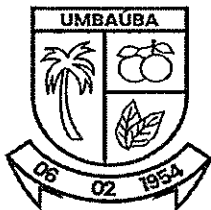
6.2 Continuidade do Serviço

A contratação possui caráter de serviço contínuo, considerando que a necessidade de fornecimento de refeições prontas decorre do funcionamento regular da Administração Pública Municipal, apresentando-se de forma recorrente ao longo do exercício, ainda que sujeita a variações quantitativas conforme a demanda administrativa.

Tal característica justifica a adoção de modelo contratual que assegure a continuidade do atendimento, a previsibilidade administrativa e a flexibilidade operacional, em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

6.3 Forma de Execução

O fornecimento das refeições prontas será realizado sob demanda, conforme solicitações formalizadas pela Administração, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo, respeitados os limites quantitativos máximos estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência.



6.4 Implicações para o Procedimento de Contratação

Em razão da classificação do objeto como serviço comum e contínuo, a contratação deverá ser processada por meio de procedimento licitatório compatível com sua natureza, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com critérios objetivos de julgamento, ampla competitividade e observância aos princípios do planejamento, da economicidade e do interesse público.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação decorrem diretamente da solução definida no Estudo Técnico Preliminar e têm por finalidade assegurar que o fornecimento de refeições prontas (almoço e/ou jantar) seja executado com qualidade, segurança alimentar, regularidade, controle administrativo e proteção ao interesse público, em observância à legislação vigente e aos princípios que regem as contratações públicas.

7.1 Requisitos Técnicos e Funcionais

A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- preparo e fornecimento de refeições prontas completas, adequadas ao consumo institucional;
- utilização de insumos próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade e armazenados conforme as boas práticas sanitárias;
- composição alimentar compatível com refeição principal, observando padrões mínimos de equilíbrio nutricional;
- acondicionamento adequado das refeições, assegurando higiene, integridade e conservação até o momento do consumo;
- capacidade de atendimento às demandas da Administração conforme solicitações formalizadas, inclusive diante de variações pontuais de quantitativos;
- manutenção de padrão mínimo de qualidade e apresentação das refeições fornecidas.

7.2 Requisitos Sanitários e de Segurança Alimentar

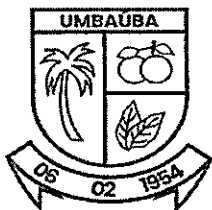
A prestação do serviço deverá atender integralmente às normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o cumprimento das exigências legais aplicáveis, em especial:

- observância às Boas Práticas para Serviços de Alimentação, nos termos da Resolução RDC nº 275/2002 da ANVISA, incluindo procedimentos operacionais padronizados, controle de higiene, manipulação, armazenamento e preparo dos alimentos;
- manutenção de alvará de funcionamento e licença sanitária válidos, emitidos pelo órgão competente;
- adoção de medidas que assegurem a qualidade, a inocuidade e a segurança das refeições fornecidas;
- substituição imediata de refeições que apresentem inconformidades sanitárias, de qualidade ou de acondicionamento;
- responsabilização integral por eventuais danos decorrentes de falhas na segurança alimentar.

7.3 Observância ao Código de Defesa do Consumidor

Ainda que a Administração Pública figure como contratante, a execução do objeto deverá observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), especialmente no que se refere:

- à qualidade e segurança dos produtos fornecidos;
- ao dever de informação clara, adequada e ostensiva, quando aplicável;



- à responsabilidade do fornecedor por vícios ou defeitos que tornem o produto impróprio ou inadequado ao consumo.

7.4 Requisitos Temporais e Operacionais

Para assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento, a execução do objeto deverá observar:

- atendimento das solicitações dentro dos prazos estabelecidos pela Administração;
- fornecimento das refeições nos dias e horários previamente definidos, conforme a necessidade administrativa;
- cumprimento rigoroso dos horários pactuados para entrega ou retirada;
- manutenção da regularidade do fornecimento durante toda a vigência contratual.

7.5 Requisitos Legais e de Regularidade

A contratada deverá comprovar, durante toda a execução contratual:

- regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- compatibilidade de sua atividade econômica com o objeto contratado;
- manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório;
- observância integral às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7.6 Requisitos de Sustentabilidade

Em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, a execução do objeto deverá, sempre que possível:

- utilizar embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- adotar práticas que reduzam o desperdício de alimentos;
- assegurar a correta destinação dos resíduos sólidos gerados;
- priorizar fornecedores locais ou regionais, quando compatível com a competitividade.

7.7 Requisitos de Gestão, Controle e Fiscalização

A contratação deverá possibilitar adequada gestão e fiscalização por parte da Administração, incluindo:

- mecanismos de controle das solicitações e do fornecimento das refeições;
- emissão de documentos comprobatórios da entrega ou retirada;
- atendimento às orientações do gestor e do fiscal do contrato;
- cooperação com ações de controle interno e externo;
- observância às rotinas administrativas definidas para solicitação, conferência e registro.

7.8 Requisitos de Continuidade e Mitigação de Riscos

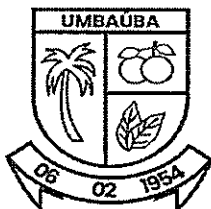
Com vistas à mitigação dos riscos identificados no Estudo Técnico Preliminar, a contratada deverá:

- manter capacidade operacional mínima para atendimento contínuo da demanda;
- comunicar imediatamente à Administração qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto;
- adotar medidas preventivas para evitar atrasos ou interrupções no fornecimento das refeições;
- sujeitar-se às sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, em caso de descumprimento.

8. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, com as disposições deste Termo de Referência e com a Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto em seu art. 115, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

encarar. umbauba. se. gov. br



8.2. A execução do contrato será realizada de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Umbaúba e de suas Secretarias, observadas as especificações técnicas, os requisitos sanitários e os prazos definidos para o fornecimento das refeições prontas (almoço e/ou jantar).

8.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar a conformidade do fornecimento das refeições com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

8.4. A Administração poderá, quando necessário e devidamente justificado, contratar terceiros para auxiliar e subsidiar a fiscalização com informações técnicas pertinentes ao objeto, sem prejuízo das atribuições legais dos fiscais designados e sem transferência da responsabilidade pela fiscalização da execução contratual.

8.5. O fiscal do contrato deverá registrar formalmente todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual que possam comprometer a qualidade, a regularidade, a pontualidade ou a segurança alimentar das refeições fornecidas, determinando as medidas necessárias à correção de falhas, vícios, atrasos ou desconformidades eventualmente identificadas.

8.6. Sempre que as ocorrências demandarem providências que extrapolem a competência do fiscal do contrato, este deverá comunicar imediatamente seus superiores hierárquicos, a fim de que sejam adotadas, em tempo hábil, as medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação de sanções, quando for o caso.

8.7. O fiscal do contrato contará com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que atuarão na orientação técnica, na prevenção de riscos e na garantia da conformidade da execução contratual com os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e da economicidade.

8.8. A empresa contratada deverá manter preposto formalmente designado, aceito pela Administração, durante toda a vigência do contrato, com poderes suficientes para representá-la perante a Administração, prestar esclarecimentos, receber determinações e adotar providências necessárias à regular execução do fornecimento das refeições prontas.

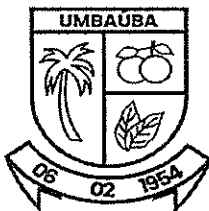
8.9. Nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, a contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer refeições fornecidas que apresentem vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades decorrentes de falhas na execução contratual ou da utilização de insumos inadequados.

8.10. A contratada será integralmente responsável pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, não sendo excluída ou atenuada essa responsabilidade pela atuação fiscalizatória ou pelo acompanhamento realizado pela Administração.

8.11. Nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021, a contratada será exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade ou ônus decorrente de eventual inadimplemento dessas obrigações.

8.12. A gestão e a fiscalização do contrato deverão observar, de forma contínua, as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere à mitigação de riscos, à garantia da continuidade do fornecimento, à preservação da qualidade das refeições e à adequada aplicação dos recursos públicos.

creven. umbauba. se. gov. br



9. FORMA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO FORNECEDOR

9.1. A contratação deverá se dar por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, por se tratar de serviço comum de fornecimento de refeições prontas (almoço e/ou jantar), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O critério de julgamento do fornecedor será o de menor preço por item, considerando-se cada item correspondente ao fornecimento de refeições prontas, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e do edital.

9.3. O modo de disputa será **ABERTO**.

9.4. O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

9.5. Será observado e assegurado o tratamento diferenciado e favorecido concedido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Agricultores Familiares, Produtores Rurais pessoa física, Microempreendedores Individuais (MEI) e Sociedades Cooperativas na participação em certames licitatórios deste Município de Umbaúba, conforme determina a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial o disposto em seus arts. 43 a 45, e a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

9.6. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 configurará fraude ao certame, sujeitando o infrator às sanções cabíveis, inclusive à declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Umbaúba, nos termos do capítulo de sanções previsto no edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.7. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da regularidade fiscal, ainda que esta apresente alguma restrição.

9.8. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme o art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016.

9.9. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

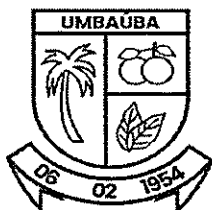
9.10. O sistema eletrônico identificará, em campo próprio, as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) participantes, procedendo à comparação de seus valores com o da primeira colocada, quando esta for empresa de maior porte, bem como das demais classificadas, para fins de aplicação dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 16 da Lei Municipal nº 903/2025.

9.11. Será assegurado, como critério de desempate, o direito de preferência para contratação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme segue:

9.11.1. Consideram-se empatadas as situações em que as propostas apresentadas por ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, após a etapa de lances.

9.11.2. A ME ou EPP melhor classificada terá o direito de apresentar última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados da comunicação automática pelo sistema.

exoner. umbaúba. se. gov. br



9.11.3. Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estipulado, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP que se encontrem no intervalo de até 5%, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

9.11.4. No caso de equivalência de valores entre ME/EPP nesse intervalo, será realizado sorteio entre elas para definir qual poderá apresentar a melhor oferta.

9.12. Nos termos da Lei Municipal nº 927/2026, visando à promoção do desenvolvimento econômico local e regional, será concedida prioridade de contratação às ME e EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observando-se os seguintes critérios:

9.12.1. Aplica-se a prioridade quando as ofertas apresentadas pelas ME/EPP locais ou regionais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

9.12.2. A ordem de prioridade será, primeiramente, para empresas locais; inexistindo, para empresas regionais.

9.12.3. A ME ou EPP local, ou regional na ausência de local, melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.12.4. Na hipótese de não contratação da ME/EPP local ou regional, o objeto será adjudicado à proposta originalmente vencedora.

9.12.5. Havendo equivalência de valores entre ME/EPP locais e regionais, será priorizada a empresa local.

9.12.6. A aplicação da margem de preferência não autoriza a contratação por preço superior à média de mercado apurada para a licitação.

9.12.7. Não será adjudicado o item à ME/EPP local ou regional que, ao utilizar o benefício, não apresentar proposta inferior à vencedora.

9.12.8. O prazo para que a empresa local ou regional apresente lance inferior será de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.

9.13. Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:

9.13.1. Âmbito local: empresas sediadas dentro dos limites geográficos do Município de Umbaúba.

9.13.2. Âmbito regional: municípios circunvizinhos, conforme definição do IBGE — Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Itabaianinha, Indiaroba, Pedrinhas, Santa Luzia do Itanhê e Tomar do Geru.

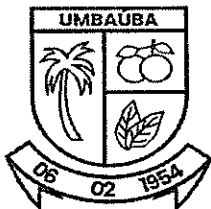
9.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante detentor do melhor preço, com o objetivo de obter proposta mais vantajosa, vedada a negociação em condições diversas das previstas no edital.

9.15. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências de habilitação, serão examinadas as ofertas subsequentes, por ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e adjudicado o objeto.

9.16. Caso o licitante não apresente lances durante a sessão pública, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O fornecimento das refeições prontas (almoço e/ou jantar) deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade da Administração Pública Municipal, mediante solicitação formal do setor demandante, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento ou documento equivalente emitido pela Administração.



10.2. As refeições deverão ser disponibilizadas nos locais indicados pelo setor demandante, no âmbito do Município de Umbaúba/SE, observando rigorosamente os quantitativos solicitados, os horários definidos pela Administração e as condições sanitárias, operacionais e de acondicionamento previstas neste Termo de Referência e no contrato.

10.3. O prazo para disponibilização e entrega das refeições será definido conforme a necessidade operacional da Administração, devendo a contratada possuir capacidade de atendimento imediato ou em prazo compatível com a natureza da demanda, especialmente em situações de atividades contínuas, ações institucionais, eventos, operações e serviços externos.

10.4. A medição do objeto será realizada com base no quantitativo efetivamente fornecido de refeições prontas, devidamente solicitado pela Administração e comprovado mediante registros administrativos próprios, ordens de fornecimento, comprovantes de entrega ou retirada e demais documentos de acompanhamento da execução contratual.

10.5. Para fins de medição e pagamento, somente serão considerados os fornecimentos regularmente autorizados, efetivamente executados e devidamente atestados pelo fiscal do contrato, sendo vedado qualquer pagamento por estimativa, reserva de capacidade, quantitativo mínimo, disponibilidade ou fornecimento não solicitado formalmente pela Administração.

10.6. O fornecimento das refeições deverá observar integralmente as especificações técnicas, sanitárias, quantitativas e operacionais previstas neste Termo de Referência, podendo o fiscal do contrato rejeitar, total ou parcialmente, refeições entregues em desconformidade com os padrões estabelecidos.

10.7. O pagamento será efetuado de forma proporcional ao quantitativo efetivamente fornecido e regularmente atestado, após a liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela contratada.

10.8. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, através de ordem bancária em conta de titularidade da contratada.

10.9. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o fiscal do contrato certificar a regular execução do objeto e atestar o adimplemento da obrigação contratual.

10.10. O fiscal do contrato adotará as providências necessárias à conferência, medição, certificação e liquidação da despesa no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da documentação fiscal e comprobatória apresentada pela contratada.

10.11. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante apresentação das seguintes certidões atualizadas:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

II – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

IV – Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

V – Certidão Negativa de Débitos Municipais.

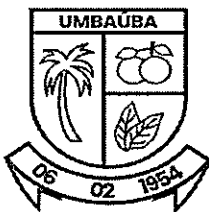
10.12. No ato do pagamento, o CONTRATANTE observará o disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 927, de 12 de maio de 2026, efetuando, quando cabível, a cobrança da taxa correspondente a 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor contratado.

10.13. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação decorrente de:

I – ausência de atesto pelo fiscal do contrato;

II – inconsistências ou irregularidades na documentação fiscal apresentada;

III – descumprimento das obrigações contratuais;



IV – irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária da contratada;

V – aplicação de penalidade que impeça a liquidação da despesa.

10.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova a regularização das pendências, iniciando-se nova contagem do prazo de pagamento somente após a efetiva regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

10.15. Na hipótese de identificação de falhas, vícios, atrasos, inadequações sanitárias ou desconformidades no fornecimento das refeições prontas, a Administração poderá promover a glosa total ou parcial dos valores correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

10.16. Persistindo irregularidades na execução contratual ou na documentação apresentada, a Administração adotará as medidas administrativas necessárias, inclusive comunicação aos órgãos competentes, aplicação de sanções e eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.17. O pagamento efetuado pela Administração não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, especialmente quanto à qualidade das refeições fornecidas, segurança alimentar, cumprimento das normas sanitárias e regularidade da execução contratual.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado para contratação será de **R\$ 572.863,50 (Quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).**

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Compete ao CONTRATANTE assegurar as condições necessárias à adequada execução do contrato, observando as disposições deste Termo de Referência, do contrato firmado e da Lei nº 14.133/2021, atuando de forma diligente para garantir a regularidade e a eficiência da contratação.

13.2. Caberá ao CONTRATANTE formalizar as solicitações de fornecimento das refeições prontas (almoço e/ou jantar), de maneira clara, tempestiva e compatível com as condições contratuais, indicando quantitativos, datas, horários e demais informações necessárias ao atendimento da demanda.

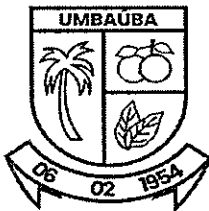
13.3. O CONTRATANTE deverá designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente, garantindo que possuam atribuições e autoridade suficientes para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto.

13.4. Compete ao CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio dos servidores designados, verificando a conformidade do fornecimento das refeições com as especificações técnicas, os requisitos sanitários e as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência.

13.5. O CONTRATANTE deverá registrar formalmente as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato e comunicar à contratada, em tempo hábil, eventuais irregularidades identificadas, para fins de correção e adoção das providências cabíveis.

13.6. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o atesto da execução somente após a verificação do fornecimento regular das refeições prontas, observadas as condições de qualidade, pontualidade e conformidade estabelecidas, como requisito para a liquidação da despesa e o pagamento.

13.7. O CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições previstos no contrato, desde que cumpridas todas as exigências legais, contratuais e fiscais, não sendo admitido pagamento por fornecimento não executado ou não atestado.



13.8. Compete ao CONTRATANTE prestar à contratada as informações e orientações necessárias à correta execução do objeto, bem como facilitar o acesso aos locais ou aos meios definidos para a entrega ou retirada das refeições, quando aplicável.

13.9. O CONTRATANTE deverá adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive a aplicação de sanções, quando for o caso, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.10. O CONTRATANTE deverá atuar de forma integrada com os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sempre que necessário, visando à prevenção de riscos, à regularidade da execução contratual e à observância dos princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e do interesse público.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DE SUAS VEDAÇÕES

14.1. Compete ao CONTRATADO executar fielmente o objeto do contrato, consistente no fornecimento de refeições prontas (almoço e/ou jantar), em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, do contrato firmado e da Lei nº 14.133/2021, assumindo integral responsabilidade pela adequada execução do fornecimento.

14.2. O CONTRATADO será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo de natureza trabalhista ou civil entre seus empregados, prepostos ou representantes e a Administração Pública.

14.3. O CONTRATADO deverá providenciar, às suas expensas, todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, incluindo mão de obra, insumos alimentícios, embalagens, equipamentos, logística, transporte, armazenamento e quaisquer outros meios indispensáveis à execução regular do fornecimento, estando tais custos integralmente incluídos no preço contratado, não sendo admitida cobrança adicional.

14.4. É obrigação do CONTRATADO assegurar que as refeições fornecidas atendam aos padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes, especialmente as Boas Práticas para Serviços de Alimentação, responsabilizando-se integralmente por eventuais falhas ou desconformidades.

14.5. O CONTRATADO deverá manter capacidade operacional compatível com a demanda, garantindo regularidade, pontualidade e continuidade no fornecimento das refeições prontas, inclusive em situações de variação pontual de quantitativos, conforme solicitações da Administração.

14.6. O CONTRATADO obriga-se a substituir imediatamente, às suas expensas, quaisquer refeições que apresentem vícios, defeitos, irregularidades, desconformidades sanitárias ou que não atendam às especificações técnicas e de qualidade estabelecidas.

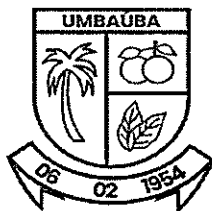
14.7. O CONTRATADO deverá designar e manter, durante toda a vigência contratual, preposto formalmente indicado e aceito pela Administração, com poderes suficientes para representá-lo, prestar esclarecimentos, receber comunicações oficiais e adotar providências necessárias à regular execução do contrato.

14.8. O CONTRATADO deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo gestor ou fiscal do contrato, bem como colaborar integralmente com as atividades de acompanhamento, fiscalização, auditoria e controle, interno ou externo.

14.9. O CONTRATADO será integralmente responsável pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, não sendo excluída ou atenuada essa responsabilidade pela atuação fiscalizatória da Administração.

14.10. O CONTRATADO deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela Administração.

execu. umbaúba. se. gov. br



14.11. O CONTRATADO deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima razoável, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratuais, a regularidade do fornecimento ou a continuidade do serviço, apresentando a devida justificativa.

14.12. O CONTRATADO deverá emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, observando rigorosamente a legislação fiscal vigente e as condições estabelecidas no contrato.

Das Vedações

14.13. É expressamente vedado ao CONTRATADO subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Administração, nos termos da legislação aplicável.

14.14. É vedado ao CONTRATADO fornecer refeições em desacordo com as especificações técnicas, sanitárias e operacionais previstas neste Termo de Referência, bem como substituir o objeto contratado por qualquer outra modalidade não prevista.

14.15. É vedado ao CONTRATADO utilizar o contrato ou a execução do objeto para finalidades diversas daquelas previstas, inclusive para promoção pessoal, institucional ou comercial, sem autorização formal da Administração.

14.16. O descumprimento das obrigações e vedações previstas neste tópico sujeitará o CONTRATADO às sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos eventualmente causados.

15. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação no certame licitatório, o licitante deverá comprovar o atendimento às exigências de qualificação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto neste Termo de Referência, observados os princípios da proporcionalidade, da competitividade e do interesse público.

15.2. O licitante deverá apresentar declaração formal de que atende plenamente aos requisitos de habilitação exigidos no edital e neste Termo de Referência, responsabilizando-se, na forma da lei, pela veracidade das informações prestadas.

15.3. O licitante deverá apresentar declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.854/1999.

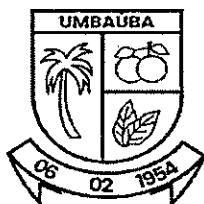
Da Qualificação Jurídica

15.4. A qualificação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos atos constitutivos da empresa, conforme sua natureza jurídica, devidamente registrados no órgão competente, em vigor, acompanhados de documento comprobatório da representação legal, demonstrando a regular constituição da pessoa jurídica e a compatibilidade de seu objeto social com o fornecimento de refeições prontas.

Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

15.5. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de documentação que ateste a situação regular do licitante perante:

- a) o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) o cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável, pertinente ao ramo de atividade;
- c) a Fazenda Nacional, inclusive quanto às contribuições previdenciárias;
- d) as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- f) a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



15.6. Será assegurado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal posterior, quando cabível.

Da Qualificação Econômico-Financeira

15.7. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais.

Da Qualificação Técnica

15.8. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante já executou, de forma satisfatória, atividade compatível com o objeto da contratação, consistente no fornecimento de refeições prontas, ou serviço de natureza similar.

15.9. Os atestados deverão demonstrar experiência prévia compatível em características e complexidade com o objeto licitado, vedada a exigência de quantitativos mínimos excessivos ou percentuais fixos, de modo a não restringir indevidamente a competitividade do certame.

15.10. O licitante deverá comprovar possuir alvará de funcionamento e licença sanitária válidos, emitidos pelo órgão competente, compatíveis com a atividade de preparo e fornecimento de refeições prontas, como condição essencial para a execução do objeto.

Disposições Gerais

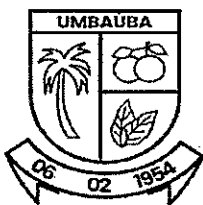
15.11. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar válidos na data da sessão pública do certame, devendo ser mantidas as condições de habilitação durante toda a execução contratual.

15.12. As exigências previstas neste tópico guardam relação direta com o objeto da contratação, destinam-se a assegurar a adequada execução do fornecimento de refeições prontas e observam os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, proporcionalidade e interesse público.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O CONTRATADO será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal, sempre que, no âmbito da execução do contrato de fornecimento de refeições prontas (almoço e/ou jantar), incorrer em qualquer das seguintes condutas:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento injustificado da execução do objeto ou do fornecimento das refeições;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas ao responsável as seguintes sanções, observado o devido processo legal:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

16.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.5. A sanção de multa, calculada na forma estabelecida no contrato, será de até 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo de até **3 (três) anos**.

16.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações previstas nos incisos II a VII do referido artigo que justifiquem penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.8. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e, quando aplicada no âmbito do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, observado o devido processo legal.

16.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, quando compatíveis com a infração cometida.

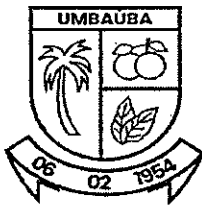
16.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia contratual, se houver, ou cobrada judicialmente.

16.11. A aplicação das sanções previstas neste tópico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

16.12. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.13. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido por comissão

www.umbauba.se.gov.br



composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17. DA VIGÊNCIA E PRAZOS DO CONTRATO

17.1. O contrato decorrente do presente Termo de Referência terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura ou da data definida na ordem de início, conforme estabelecido no instrumento contratual.

17.2. A vigência contratual foi definida considerando a natureza do objeto, caracterizado como serviço contínuo de fornecimento de refeições prontas (almoço e/ou jantar), cuja necessidade decorre do funcionamento regular da Administração Pública Municipal e exige atendimento permanente ao longo do exercício.

17.3. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, observados o interesse público, a vantajosidade econômica e a adequada execução contratual, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições inicialmente pactuadas e comprovada a compatibilidade com o planejamento e a disponibilidade orçamentária.

17.4. A eventual prorrogação contratual ficará condicionada à avaliação formal da Administração quanto à qualidade do fornecimento das refeições, à regularidade da execução, ao cumprimento das obrigações contratuais pela contratada e à manutenção das condições de habilitação exigidas.

17.5. A vigência do contrato não implica obrigatoriedade de consumo mínimo por parte da Administração, ficando o fornecimento das refeições condicionado às demandas efetivamente solicitadas, respeitados os limites máximos estabelecidos no contrato.

17.6. O término da vigência contratual não exime a contratada da responsabilidade por obrigações pendentes, correções, substituições ou reparações decorrentes da execução do contrato, nem afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando for o caso.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período inicial de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato ou da data definida para início da execução, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

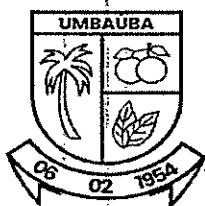
18.2. Após o decurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, desde que comprovada a variação dos custos e observada a vantajosidade para a Administração, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e instruída com a documentação pertinente.

18.3. O reajustamento de preços, quando cabível, deverá ter como referência índice setorial ou índice oficial que reflita a variação dos custos do fornecimento de refeições prontas, a ser definido no edital e no contrato, observada a pertinência com a natureza do objeto e a metodologia prevista na legislação aplicável.

18.4. O pedido de reajustamento será analisado pela Administração sob os aspectos técnico, jurídico e orçamentário, somente produzindo efeitos após manifestação favorável do órgão competente e formalização por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

18.5. O reajustamento, quando concedido, não poderá resultar em preços superiores aos praticados no mercado para objetos similares, devendo a Administração avaliar a compatibilidade dos valores com base em pesquisa de preços atualizada.

www.umbauba.se.gov.br



18.6. Não será admitido reajustamento retroativo a período anterior à formalização do pedido pela contratada, nem reajuste automático, devendo ser observadas, em qualquer hipótese, as condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente.

18.7. Permanecem excluídas do reajustamento eventuais variações decorrentes de falhas na gestão da contratada, aumento de custos não justificados ou alterações que não guardem relação direta com a execução do objeto contratado.

19: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

19.1. Após a homologação do resultado do procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do contrato, no prazo e nas condições estabelecidas no edital, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

19.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pelo licitante e aceita pela Administração, desde que mantidas as condições da proposta vencedora.

19.3. O não comparecimento injustificado do licitante vencedor para assinatura do contrato, dentro do prazo estabelecido, caracterizará descumprimento das condições da proposta, sujeitando-o às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou da revogação do certame, conforme o caso.

20: DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de refeições prontas, bem como o risco moderado associado à execução contratual, não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A dispensa da exigência de garantia contratual encontra respaldo na análise de riscos realizada no Estudo Técnico Preliminar, que concluiu pela viabilidade da execução do objeto mediante adequada fiscalização, controle administrativo e aplicação das sanções previstas, sem necessidade de oneração adicional aos licitantes ou restrição à competitividade do certame.

21: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1. O recebimento do objeto será realizado de forma provisória, no momento da entrega ou retirada das refeições prontas, para fins de conferência quantitativa e verificação inicial das condições de acondicionamento, integridade e conformidade com as especificações contratadas.

21.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade das refeições fornecidas com as especificações técnicas, sanitárias e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, mediante atesto formal do fiscal do contrato.

21.3. As refeições que apresentarem desconformidades quanto à qualidade, higiene, acondicionamento, temperatura, prazo ou quaisquer outros requisitos estabelecidos poderão ser rejeitadas total ou parcialmente, devendo ser substituídas imediatamente pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e segurança das refeições fornecidas, nem afasta a possibilidade de responsabilização por eventuais danos verificados posteriormente.

www.umbauba.se.gov.br



22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Estudo Técnico Preliminar que o subsidia e nos demais instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal, constituindo-se em documento integrante e indissociável do edital e do contrato a ser celebrado.

22.2. Todas as condições, especificações, exigências e critérios estabelecidos neste Termo de Referência deverão ser rigorosamente observados pelos licitantes e pela futura contratada, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

22.3. Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na interpretação ou na execução do contrato serão dirimidos pela Administração, à luz da legislação aplicável, dos princípios que regem as contratações públicas e do interesse público.


22.4. A participação no procedimento licitatório implica a plena aceitação, por parte dos licitantes, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

22.5. A Administração Pública reserva-se o direito de, por razões de interesse público devidamente justificadas, revogar o procedimento licitatório ou anular atos praticados, na forma da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

22.6. O acompanhamento da execução contratual, bem como a fiscalização e a gestão do contrato, observarão as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nas normas internas da Administração, visando à correta aplicação dos recursos públicos e à garantia da qualidade do fornecimento das refeições prontas.

22.7. Este Termo de Referência deverá ser interpretado de forma sistemática e integrada com o edital, o contrato, o Estudo Técnico Preliminar e os demais documentos do processo administrativo, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições que melhor atendam ao interesse público e à legislação vigente.

Umbaúba/SE, 15 de maio de 2026


CLEIDSON CONCEIÇÃO SANTOS
ASSESSOR II

gov.br
Documento assinado digitalmente
JOÃO HENRIQUE COSTA HORA
Data: 15/05/2026 20:30:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

JOÃO HENRIQUE COSTA HORA
Secretário Municipal de Administração
e Desenvolvimento Institucional

DESPACHO,
Termo de Referência analisado e aprovado. Tramite-se aos seguintes procedimentos em conformidade e legislação vigente.

Em: ____/____/____.

JULIANA CARDOSO Assinado de forma digital por
GOMES:029132495 JULIANA CARDOSO
GOMES:02913249590
Dados: 2026.05.15 16:02:53
-03'00'

JULIANA CARDOSO GOMES
Prefeita Municipal
Órgão Gerenciador
Documento assinado digitalmente

gov.br
TAMYRES LIMA DOS SANTOS
Data: 15/05/2026 16:01:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

TAMYRES LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Inclusão Social
Órgão Participante
Documento assinado digitalmente

gov.br
MATEUS FELIPE SANTOS SANTANA
Data: 15/05/2026 15:35:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MATEUS FELIPE SANTOS SANTANA
Secretário Municipal de Saúde
Órgão Participante